

União investirá menos US\$ 1,3 bi em 92

VICENTE DIANEZI

O governo federal pretende investir, no ano que vem, US\$ 25,2 bilhões — o equivalente a menos US\$ 1,3 bilhão que neste ano — englobando todos os recursos disponíveis na administração direta, na seguridade social e na ampla constelação das empresas estatais. Trata-se de uma redução no valor dos investimentos da União que tem sido constante, desde que a Constituição de 1988 redistribuiu a arrecadação tributária no País favorecendo Estados e municípios — além de ser também uma consequência das trapalhadas da equipe econômica do próprio governo. Esses números constam do Orçamento Geral da União para 1992, em discussão no Congresso, e que foram comparados com o Orçamento deste ano pela assessoria técnica da liderança do PSDB na Câmara.

Prejuízo

“A União investe hoje seis vezes menos do que os Estados e municípios”, constata o economista e deputado José Serra (SP), líder do PSDB na Câmara, ao apontar uma das confusões que, neste ano, piorou a situação das contas do governo: “Cometeu-se o erro de indexar a arrecadação dos impostos na Taxa Referencial que é uma taxa de juros”. Resultado: o governo foi pressionado pela Justiça a rever sua decisão e teve que abandonar o indexador a partir de julho passado. Assim, pelos cálculos de Serra, o prejuízo será de aproximadamente 1% do PIB (US\$ 4 bilhões) que o Tesouro Nacional deixará de recolher até o final do ano.

Para José Serra, o governo terá que tomar outras iniciativas, além da criação do imposto sobre combustíveis proposto pela emenda constitucional enviada ao Congresso e que teria seus recursos destinados à recuperação das rodovias federais. O setor de energia elétrica controlado pela União, por exemplo, registrará uma redução de US\$ 3,7 bilhões para US\$ 2,1 bilhões nos investimentos referentes à geração, transmissão e distribuição do insumo. No ano que vem, a expectativa é de queda



A União tem cada vez menos recursos para investir
(em milhões de dólares)

Programas	1991	1992	diferença %
Serviços bancários	1.921	2.398	+ 24,8
Extração mineral e beneficiamento	1.309	1.783	+ 36,2
Prospecção de jazidas	754	777	+ 3,0
Produção industrial	1.534	1.846	+ 7,3
Administração geral	209	331	+ 58,4
Controle da poluição	70	127	+ 80,5
Portos e terminais marítimos	544	573	+ 5,2
Geração de energia elétrica	2.000	1.263	- 36,8
Geração de energia termelétrica	382	168	- 56,0
Geração de energia termonuclear	383	79	- 79,5
Transmissão de energia elétrica	792	469	- 40,8
Distribuição de energia elétrica	127	74	- 41,7
Transporte marítimo	395	289	- 26,8
Ferrovias	284	144	- 49,2
Transporte ferroviário	295	127	- 56,9
Irrigação	257	214	- 16,9
Informática	123	96	- 22,0
Telefonia	3.012	2.389	- 20,7
Telegrafia	179	138	- 23,0
Comercialização	151	94	- 37,8
Outros	779	827	+ 6,2
Total	15.501	14.005	- 9,6

Fonte: Assessoria parlamentar do PSDB e Orçamento Geral da União.

também nos investimentos nos setores ferroviário, telecomunicações, irrigação e transporte marítimo (veja quadro ao lado).

Além disso, para chegar aos US\$ 25,2 bilhões de investimentos, o governo pretende reduzir em cerca de 20% o valor de sua folha de pagamentos em relação a este ano. Mais ainda, os autores do Orçamento lançaram valores para as despesas da Previdência Social inferiores aos deste ano, apesar do crescimento dos benefícios a partir do mês passado. “Ou as despesas deste ano foram superestimadas ou o gasto do ano que vem foi subestimado”, avalia um dos assessores de Serra.

“A recessão está contribuindo para a queda da arrecadação mas esse não é o único problema”, afirma o líder do PSDB. Ele acha que o governo deve partir para a simplificação da estrutura tributária,

reforçar a fiscalização e agilizar a execução das dívidas fazendárias. “A sonegação é muito grande em todo o País”, acrescenta o deputado, lembrando que, em São Paulo, onde o controle é mais amplo do que em outros Estados, a evasão do ICMS chega a 40%. Além da simplificação, que reduziria o número de tributos e facilitaria a fiscalização, José Serra lembra que, para garantir o valor de sua arrecadação em inflação constante, o governo federal deverá encontrar um novo indexador para os tributos.

Não obstante as dificuldades financeiras, agravadas pela rolagem da dívida pública que, em 1992, vai obrigar o governo a amortizar US\$ 86,3 bilhões (veja quadro ao lado), o Orçamento já enfrenta no Congresso a volúpia dos parlamentares que apresentaram 74 mil modificações. A grande maioria



A dívida da União vai consumir 70% dos recursos em 1992
(em bilhões de US\$)

Despesas	1991	1992	Diferença %
Pessoal e encargos	12,0	9,5	- 20,8
Juros e encargos da dívida	3,0	5,7	+ 90,0
Amortização da dívida	45,3	86,3	+ 90,7
Outras despesas correntes (1)	9,2	7,9	- 14,1
Operações oficiais de crédito	9,4	5,6	- 40,4
Outras inversões financeiras (2)	4,5	6,0	+ 34,2
Outras despesas de capital	1,1	0,4	- 63,6
Investimentos	7,0	6,5	- 6,7
Reserva de contingência total	0,4	0,5	+ 26,8
Reserva de contingência Judiciário	—	0,1	—
Transferência para Seguridade Social	4,7	4,5	- 4,3
Total das despesas	96,7	133,2	+ 27,4

1) Já deduzidos US\$ 15,8 bilhões em transferências para Estados e municípios em 1992.
2) Já deduzidos US\$ 900 milhões em transferências aos Fundos constitucionais em 1992.
Fonte: Assessoria parlamentar do PSDB e Orçamento Geral da União.



O custo da máquina previdenciária corresponde à metade das despesas com benefícios
(Em bilhões de US\$)

Despesas	1991	1992	Diferença %
Pessoal e encargos sociais	12,5	10,3	- 17,8
Juros e encargos de dívida	0,1	0,04	- 60,0
Amortização de dívida	0,02	0,02	—
Benefícios da previdência	25,4	19,8	- 22,0
Seguro desemprego	4,0	3,0	- 24,5
Abono salarial	0,9	0,6	- 33,0
Investimentos	4,0	4,7	+ 17,5
Outras despesas correntes	12,1	10,5	- 12,8
Operações de crédito do FAT (1)	2,7	2,0	- 25,4
Outras inversões financeiras	0,1	0,2	+ 100,0
Total	61,9	51,4	- 17,4

1) O FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) é formado por 40% da arrecadação do PIS/Pasep que se destinam ao financiamento de projetos tecnológicos a cargo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).
Fonte: Assessoria parlamentar do PSDB e Orçamento Geral da União.

delas visa os US\$ 25,2 bilhões destinados aos investimentos.

Pela Constituição, os congressistas estão proibidos de mexer nos gastos com pessoal, nas trans-

ferências para Estados e municípios e no serviço da dívida pública. “Mais uma vez, o Congresso vai inchar o Orçamento, mas isso não significará nada porque se

não há dinheiro não dá para pagar”, afirma o mesmo assessor. O próprio Serra lembra de uma frase do ex-chanceler e ex-primeiro ministro Santiago Dantas no governo João Goulart: “Tenho verba mas não tenho dinheiro”.

Eleições

De olho nas eleições municipais do ano que vem, os parlamentares apresentaram todos os tipos de mudanças com o objetivo de levar recursos para seus Estados. A grande maioria é de deputados das regiões Norte/Nordeste/Centro-Oeste, que ocupa 64% das 120 vagas da Comissão Mista de Orçamento — e a maioria é comandada pelo deputado João Alves (PFL-BA). Alves foi escolhido relator do Orçamento pela segunda vez depois da nova Constituição que deu ao Congresso o poder de criar despesas. “Os parlamentares que são relatores não poderiam decidir e colocar a maior parte das verbas em seus municípios em detrimento dos demais”, pondera o economista e senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

O próprio Orçamento de 1992, ao contrário do anterior, já saiu do governo com destinações específicas para obras de infra-estrutura, escolas e hospitais, entre outras, nos diversos municípios — e dispensou assim a necessidade de os parlamentares proporem tais indicações. Muitos municípios baianos foram contemplados, como Cordeiros, Presidente Jânio Quadros, Itarantim e Ipororó, regiões onde, no ano passado, o deputado multiplicou sua votação em relação a 1986.

Em Itarantim, por exemplo, ele teve 3.107 votos contra apenas 13 na eleição anterior. Alves ainda conseguiu votos em quase 200 municípios baianos e foi o terceiro deputado baiano mais votado com 69.315 eleitores. Em 1986, ele obteve apenas 28.352, colocando-se em 37º lugar e o 12º de seu partido, o PFL. Seja pela via de emendas ou do acerto político com o governo, uma coisa é certa: não há recursos e a fatura será cobrada dos consumidores.